

ENTRE A MEMÓRIA HISTÓRICA E A PRÁTICA CÍVICA: OS CALENDÁRIOS CULTURAIS DO MEC (1969-1974)

*Tatyana de Amaral Maia*¹

Em busca da memória nacional: o Conselho Federal de Cultura e as políticas culturais do MEC (1967-1975)

O golpe civil-militar de 1964 promoveu uma drástica mudança na relação entre o Estado e a sociedade civil. Aliados de qualquer iniciativa política, os movimentos políticos e sociais, há muito organizados, foram sofrendo com as constantes censuras, perseguições e desaparecimentos de seus integrantes provocados arbitrariamente pelo Estado brasileiro. A sucessão de Atos Institucionais, cujo mais emblemático foi o AI-5 em 13 de dezembro de 1968, sufocou os movimentos sociais por reformas de base. As liberdades individuais e políticas garantidas pela constituição de 1946 foram suspensas em nome da “segurança nacional”. Ao lado de todo um aparelho de repressão e de censura, os governos militares criaram e financiaram importantes setores na construção de imagens ufanistas que se incorporadas ao imaginário social legitimariam a atuação repressora e autoritária de seus governos. A elaboração de representações ancoradas na formação do sentimento de civismo concebido como sinônimo de patriotismo foi considerada fundamental pelos grupos civis e militares atuantes no Estado. A ditadura civil-militar sobre pôs a ideia de civismo à de cidadania.

Na cerimônia de instalação do Conselho Federal de Cultura (CFC), em 27 de fevereiro de 1967, o presidente da República marechal Humberto Castelo Branco destacou que a cultura era o setor mais tranquilo e o que causava menos convulsões sociais, se comparado às inquietações provocadas pelo setor educacional. O ministro da Educação e Cultura Tarso Dutra, por sua vez, informava que a instalação do CFC começava a preencher as graves lacunas existentes na infraestrutura cultural, enfatizando que a política cultural a ser realizada pelo Ministério estaria dentro da realidade democrática do país, com o objetivo de construir uma nação desenvolvida e harmônica. Assim, caberia ao CFC elaborar políticas associadas ao projeto desenvolvimentista do governo militar, valorizando na cultura aqueles elementos considerados representativos da nação².

A proposta deste artigo é apresentar como os Calendários Culturais criados pelo CFC construíam uma memória histórica associada à prática cívica entre 1969

¹ Doutora em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora Adjunta da Universidade Severino Sombra, em Vassouras – RJ. Bolsista do Programa Nacional de Bolsas da Biblioteca Nacional (2010-2011). E-mail: <tatyanamaia@yahoo.com.br>.

² A cerimônia de instalação do Conselho Federal de Cultura foi marcada pelos discursos do presidente do Conselho, Josué Montello, do presidente da República Marechal Castelo Branco, do Ministro da Educação e Cultura, Tarso Dutra e do Secretário-Geral do Conselho, Manoel Caetano Bandeira de Mello. Todos os discursos foram publicados no primeiro volume da revista *Cultura*. CONSELHO Federal de Cultura. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano I, n. 1, jul. 1967, p. 5-18.

e 1974. Tais calendários funcionavam como lugares de memória e identificavam nas personagens históricas, nos grandes nomes da literatura e nos acontecimentos políticos os laços constitutivos da nossa identidade política. Os calendários eram anuais e distribuídos nas instituições de ensino e cultura como guias de comemoração cívica. Esperava-se que funcionassem como guardiões daqueles feitos ou daquelas personagens que mereciam ser lembrados por todos os cidadãos. Este artigo é fruto da minha tese de doutorado, “*Cardeais da cultura nacional*”: o Conselho Federal de Cultura e o papel cívico das políticas culturais na ditadura civil-militar (1967-1975), defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, em 2010.

O Conselho Federal de Cultura foi criado pelo Decreto-Lei n.74, de 12 de novembro de 1966, e funcionou no Palácio da Cultura, no Rio de Janeiro, até sua extinção em 1990. O início de suas atividades ocorreu em janeiro de 1967. O órgão tinha caráter normativo e de assessoramento ao ministro de Estado. A criação do Conselho Federal de Cultura teve como objetivo principal institucionalizar a ação do Estado no setor cultural.

Em 1964, Josué Montello foi convidado pelo ministro da Educação e Cultura, Raymundo Moniz de Aragão, para reformular o setor cultural e propôs como solução a criação de um Plano Nacional de Cultura e de um órgão responsável pela coordenação das atividades culturais do Ministério. Em 1965, foi composta uma comissão presidida por Josué Montello e formada por Adonias Filho, Augusto Meyer, Rodrigo de Mello Franco de Andrade e Américo Jacobina Lacombe que elabora o projeto do Conselho Federal de Cultura. Em 1966, Josué Montello, então diretor da ABL, aproveitando-se da presença do presidente da República Humberto Castello Branco na Academia Brasileira de Letras para uma conferência proferida por Afonso Arinos de Mello Franco, propôs ao presidente a criação de um Conselho dedicado à cultura. Josué Montello aproveitou a presença do presidente Castello Branco para tecer uma estratégia de reação às críticas recebidas pela imprensa e por agentes da área cultural para convencer Castello Branco da importância de institucionalização do setor e do fomento estatal na cultura. Anos depois deste decisivo encontro, durante seu depoimento ao CFC, em 1971, para a comemoração do sétimo aniversário da – por eles designada – “Revolução de 1964”, Josué Montello narrou o episódio informando que Castello Branco demonstrava preocupação com as campanhas sistemáticas denominadas “Terrorismo Cultural” que se abatiam principalmente sobre o Rio de Janeiro e São Paulo, estados marcados pela hegemonia das esquerdas na produção cultural³.

As intervenções nas universidades, as aposentadorias compulsórias e demissões sumárias nas instituições de educação básica e superior, as invasões à União Nacional dos Estudantes (UNE), as perseguições e as prisões de jornalistas, professores, escritores, artistas e estudantes, além das cassações dos direitos políticos de vários parlamentares e intelectuais são alguns exemplos das práticas sistemáticas promovidas pela ditadura e nomeadas pela intelectualidade de “Terrorismo Cultural”. Tais práticas se espalhavam por todo o país e provocaram uma série de manifestos

³ Depoimento de Josué Montello durante reunião plenária no Conselho Federal de Cultura. Registrado na ata da 255ª sessão plenária em 31 de março de 1971. In: CONSELHO Federal de Cultura. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Ano I, n. 2, abr./jun. 1971, p. 131-136.

e artigos na grande imprensa denunciando o caráter repressor do governo instalado com o golpe de 1964. Foram redigidas e publicadas dezenas de cartas, manifestos e artigos nos principais jornais do país denunciando essas ações – ditas “terroristas” – organizadas pelo Estado.

A produção cultural brasileira era controlada por intelectuais e artistas articulados aos movimentos das esquerdas⁴ brasileiras bastante atuantes nas décadas anteriores. A arte engajada propôs como função política da cultura a conscientização das parcelas da população menos favorecidas economicamente, principalmente, o operariado urbano e os camponeses. No final da década de 1950 e durante os anos de 1960 surgem movimentos culturais identificados com as esquerdas sob a influência das teses do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, do Partido Comunista ou inspirados em leituras de teóricos marxistas. Os movimentos culturais como o Centro Popular de Cultura da UNE (CPC), o Teatro de Arena e o Teatro Oficina tornaram o artista um militante e produziram uma dramaturgia revolucionária nos moldes marxistas⁵. No audiovisual, o Cinema Novo provocou uma revolução estética ao produzir filmes que buscavam descortinar a realidade brasileira, destacando as mazelas que afligiam parte considerável das classes operárias e camponesas, também com o intuito pedagógico de conscientizá-los e denunciar as ações imperialistas apoiadas pelas oligarquias e burguesia nacional⁶.

Ao lado da montagem de um aparelho repressor, o Estado, durante todo o período ditatorial, incentivou a criação de agências e órgãos fomentadores na área cultural. O Estado atuou em duas frentes: a repressão e a censura, que pretendia esvaziar a presença das esquerdas no setor, e o investimento estatal sob o controle dos órgãos ligados ao Ministério da Educação e Cultura⁷. Durante a ditadura civil-militar (1964-1985) o setor cultural sofreu profundas transformações com o aparecimento de novos atores e a participação decisiva do Estado na repressão e no fomento das ações culturais.

A criação do Conselho Federal de Cultura aparecia como uma opção à imagem negativa construída pela atuação extremamente repressora de setores do governo

⁴ A categoria “esquerdas” foi proposta por Daniel Araújo Reis e Jorge Ferreira para retratar os múltiplos grupos no Brasil identificados com projetos reformistas ou revolucionários alternativos ao modelo liberal e às propostas da elite política tradicional brasileira. Para os autores, é mais apropriado utilizar a categoria no plural, haja vista as diversas filiações e formatos desses grupos. In: FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Araújo. *Nacionalismo e reformismo no Brasil (1945-1964)*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

⁵ Os movimentos teatrais da década de 1960 compartilhavam os mesmos paradigmas ideológicos incorporados do Partido Comunista, do ISEB e de alguns teóricos marxistas. Contudo, os mecanismos de produção e execução dessa arte engajada e sua relação com o público variavam conforme o posicionamento de cada grupo sobre o formato das produções artísticas. Ver: GARCIA, Miliandre. A questão da cultura popular: as políticas culturais do Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH, v. 24, n. 47, jul. 2004. HOLANDA, Heloísa Buarque de. *Impressões de Viagem/CPC, vanguarda e desbunde: 1960/70*. São Paulo: Brasiliense, 1980. HOLANDA, Heloísa Buarque & GONÇALVES, Marcos A. *Cultura e participação nos anos 60*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

⁶ SIMONARD, Pedro. *A geração do Cinema Novo: para uma antropologia do cinema*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

⁷ OLIVEN, George Ruben. A relação entre Estado e Cultura no Brasil. In: MICELI, Sérgio (org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1984, p. 44-62. Rubem Oliven organiza cronologicamente as políticas culturais oficiais na década de 1970, expondo a diversificação de instituições, campanhas e atores que participaram dessas políticas.

na cultura. Contudo, a percepção do Conselho sobre a função do Estado na cultura construiu uma prática que pouco interferia nos cenários ocupados pelas esquerdas. O Conselho permaneceu nos espaços tradicionalmente ocupados pelas elites culturais atuantes no Estado desde o primeiro governo Vargas (1930-1945). O objetivo do Conselho era fortalecer esses espaços considerados fundamentais na preservação da memória nacional. O CFC privilegiou a preservação, a defesa e a divulgação do patrimônio cultural. Para os membros do Conselho a ação estatal no setor deveria priorizar as áreas consideradas essenciais da cultura nacional: os conjuntos arquitetônicos, as obras da literatura, as comemorações dos acontecimentos históricos singulares, as manifestações folclóricas. Esses elementos apareciam em oposição aos “episódios de cultura” característicos da produção de bens culturais. O CFC incorporou e ampliou o modelo de preservação do patrimônio elaborado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criado e dirigido por Rodrigo Mello Franco de Andrade (1936-1969), minimizando seus investimentos nos setores de produção de bens culturais de massa.

O CFC foi estruturado em quatro Câmaras: Artes, Ciências Humanas, Letras e Patrimônio Histórico e Artístico. Esta divisão era considerada decisiva pela comissão que elaborou o projeto do Conselho por constituir os elementos considerados definidores da cultura nacional. Além disso, os conselheiros organizaram a Comissão de Legislação e Normas para garantir o suporte jurídico necessário à apresentação de portarias, anteprojetos de lei ou resoluções.

Os membros do Conselho foram divididos entre as Câmaras de acordo com sua formação e experiência profissional. Os conselheiros eram, em sua maioria, escolhidos pelo presidente do CFC e nomeados pelo presidente da República, cuja permanência no cargo, a princípio, vigorava durante o mandato de dois anos do presidente do Conselho. Na prática, os conselheiros eram reconduzidos ao cargo a cada nova posse dos presidentes do Conselho. No período pesquisado (1967-1975), o Conselho teve três presidentes: Josué Montello (1967-1968), Arthur Cezar Ferreira Reis (1969-1972) e Raymundo Moniz de Aragão (1973-1974). Os principais membros fundadores do CFC foram: Clarival do Prado Valladares, José Candido Andrade Muricy, Octávio de Faria, Adonias Aguiar Filho, Cassiano Ricardo, Arthur Cezar Ferreira Reis, Gilberto Freyre, Manuel Diégues Júnior, Afonso Arinos de Mello Franco, Pedro Calmon, Rodrigo Mello Franco de Andrade.

A constituição de uma rotina intelectual autoritária possibilitou a construção de um discurso que valorizava o papel das elites na organização social e “*fomentou os recursos da autoridade sobre os da solidariedade social*”⁸. Esses intelectuais se autoproclamavam os principais agentes sociais na organização e na modernização da sociedade brasileira.

A historiadora Angela de Castro Gomes, ao analisar as políticas culturais do Estado Novo, através do periódico *Cultura Política* e do suplemento literário do jornal *A Manhã*, entre 1941 e 1945, ambos veículos oficiais de divulgação do Estado Novo, demonstrou a importância da intervenção do Estado no setor cultural. O projeto estadonovista necessitava formar uma “*consciência nacional*” que aproximasse o executivo dos diversos setores sociais, favorecendo a governabilidade. A construção

⁸ OLIVEN, A relação..., p. 30.

dessa “*consciência nacional*” não pôde prescindir de elementos culturais como a língua, a religião e o passado histórico comum. No caso do Estado Novo, buscou-se elaborar um “*espírito de nacionalidade*” pautado na cultura popular e numa leitura linear do passado através da valorização dos grandes fatos e personagens históricas. A propaganda do novo regime, elaborada através de uma leitura positiva dos elementos culturais, foi realizada graças a uma intervenção consciente dos intelectuais ligados à burocracia⁹.

A partir da ditadura civil-militar, há um redirecionamento na “*função política da cultura*”¹⁰, ainda que o papel intervencionista do Estado ficasse inalterado. Neste momento, não se tratava mais de consolidar o Estado-Nação, afinal esta tarefa foi concluída pelo Estado Novo. Na ditadura busca-se ampliar o que já foi construído, ou seja, enaltecer aqueles elementos anteriormente definidos como geradores desse Estado-nação, especialmente num período marcado pelas restrições dos direitos políticos dos cidadãos, onde a legitimidade do governo vigente era questionada por representativas parcelas da opinião pública. Esse movimento nacionalista de proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro foi considerado pelos membros do CFC fundamental como exercício cívico. Assim, os intelectuais do Conselho recuperaram práticas já instituídas pelo Estado Novo como a comemoração de efemérides, a criação de suplementos literários, a valorização da cultura popular, a defesa dos conjuntos arquitetônicos como valor histórico, a edição de obras clássicas da literatura etc. O próprio conceito de patrimônio, que será ampliado pelos conselheiros, recuperou as principais ideias-força do período getulista como “tradição”, “passado histórico”, “identidade nacional” e “memória nacional”, demonstrando a manutenção do projeto dos modernistas, ainda que observadas as especificidades do projeto executado pelo CFC nas décadas de 1960 e 1970.

Os Calendários Culturais do MEC: lugares de memória?

Os lugares de memória, tal como definidos por Nora, funcionam como guardiões dos estilhaços das memórias coletivas, selecionados por agentes socialmente legitimados para a tarefa de preservar os elementos singulares de identificação das sociedades modernas. Esses lugares, materiais ou não, surgem da necessidade de manter vivas as memórias ameaçadas pelos avassaladores processos de modernização e diferenciação sociais, forjando memórias capturadas pela construção histórica e que serão inseridas nos embates políticos dos diversos grupos sociais. Se as “memórias coletivas” transmitidas pelos rituais das sociedades tradicionais prevalessem nas sociedades modernas, não criaríamos “lugares” para nos lembrar sobre os registros do passado; por outro lado, cabe aos sujeitos históricos apoiados na história e nos embates conjunturais definir quais serão esses lugares e como eles devem ser edificadas. “*É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história, arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos*”¹¹ através dos agentes sociais responsáveis por construir os lugares de memória.

Dessa forma, os lugares de memória construídos pela incapacidade da transmissão

⁹ GOMES, Angela Maria de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

¹⁰ BOTELHO, André. *O Brasil e os dias: Estado-Nação, Modernismo e rotina intelectual*. Bauru: EDUSC, 2005.

¹¹ NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, PUC-SP, n. 10, dez. 1993, p. 7-28.

integral das memórias coletivas funcionam como espaços políticos na formação das identidades sociais. Dos diversos lugares simbólicos que podem ser classificados como “lugares de memória”, iremos analisar os Calendários Culturais produzidos pelo Conselho Federal de Cultura, que por sua função e constituição representam um tipo de lugar de memória.

O Calendário Cultural funcionava como um lugar de memória histórica, ao selecionar os acontecimentos históricos, eventos e personagens considerados representativos da nacionalidade. Como propõe Nora, com o advento da modernidade, ocorre um processo de perda das memórias coletivas que dependem de rituais cotidianos, impossíveis de serem transmitidos e realizados nas modernas sociedades industriais. A perda da memória coletiva, transmitida e transformada cotidianamente, foi substituída pela história e pelos lugares de memória. A incapacidade de transmissão das memórias coletivas a todo corpo social e o aparecimento de múltiplas memórias propiciou o aparecimento de lugares, materiais ou imateriais, para resguardar os fragmentos de memórias dos grupos sociais e possibilitar os mecanismos de auto identificação desses grupos¹². Assim,

*Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais.*¹³

Esses lugares de memória atuam como espaços operacionais de reorganização dos elementos simbólicos já esfacelados pela organização social industrial. Esses lugares são criados com a finalidade de manter a coesão de um grupo e interessam, sobremaneira, na legitimidade almejada pelos Estados Nacionais. Assim, os ideólogos da identidade nacional encontram nos lugares de memória, no qual podem atuar como agentes produtores, um espaço adequado para reconstruções aparentemente inquestionáveis do passado.

A elaboração anual do Calendário Cultural era assunto de grandes divergências entre os conselheiros e as Câmaras; afinal, os nomes e instituições selecionados para o Calendário Cultural eram obrigatoriamente homenageados pelo Conselho nas reuniões plenárias. As atas registravam integralmente as comemorações das efemérides indicadas nos calendários culturais. Josué Montello creditava ao Calendário uma função educativa, pois seu objetivo era informar às instituições culturais e ao país as datas nacionais representativas, incluindo também datas internacionais consideradas significativas para a “Humanidade”. Na definição do Calendário de 1968, Andrade Muricy, representante da Câmara de Artes, criticou o calendário apresentado, identificando no projeto inicial a excessiva valorização das efemérides e a ausência de eventos contemporâneos de natureza cultural. Na tentativa de inserir outros itens, o conselheiro solicitou um prazo maior para apresentação das propostas¹⁴. Na 101ª sessão plenária, realizada em 25 de setembro de 1968, foram

¹² NORA, Entre Memória..., p. 7-28.

¹³ NORA, Entre Memória..., p. 13.

¹⁴ Ata da 59ª sessão plenária realizada em 13 de dezembro de 1967. *Cultura*, n. 6, ano I, dez. 1967, p. 155.

debatidas as regras do Calendário. As Câmaras do Conselho apresentaram suas propostas para a definição dos critérios de organização do Calendário: a Câmara de Letras sugeriu que o Calendário fosse exclusivamente dedicado à vida cultural brasileira, excluindo-se datas cívicas e científicas; essa proposta recebeu apoio da Câmara de Artes e Ciências Humanas. A Câmara de Letras também propôs que nenhum acontecimento inferior a cem anos fosse incorporado ao Calendário. A Câmara de Artes sugeriu que o Calendário fosse dividido em duas partes: primeiro, as propostas do ano para o setor; depois, a comemoração das efemérides. Ariano Suassuna apoiou a proposta, sugerindo a criação de uma agenda da cultura com as datas dos eventos anuais e a manutenção do calendário com a descrição apenas das efemérides. Ficou aprovado que o Calendário trataria preferencialmente das temáticas relacionadas à cultura apenas através da comemoração de efemérides. Por sugestão de Pedro Calmon, as normas para a inclusão das datas comemorativas não foram rigidamente definidas. O debate foi então encerrado com a aprovação da proposta de Montello para a inclusão ao lado do Calendário das “Grandes Datas Universais”. Este último não se concretizou, porém algumas efemérides universais foram inseridas. Os calendários avaliados nesta pesquisa foram referentes aos anos de 1969, 1970, 1973 e 1974 e seguiram os parâmetros definidos pelos conselheiros na 101ª sessão plenária:

*O Conselho Federal de Cultura, que elabora e divulga o Calendário Anual de Cultura para todo o país, pretende celebrar condignamente, nas épocas adequadas e a exemplo do que já vem fazendo, ora em sessões ordinárias, ora em solenidades especiais, as principais datas constantes da agenda do referido Calendário (...).*¹⁵

O Calendário era organizado a partir das sugestões dos membros do Conselho, das instituições culturais e das secretarias/conselhos estaduais. A elaboração dos projetos dos calendários anuais ficava sob a responsabilidade de um intelectual escolhido pelo Conselho, que depois apresentava o projeto para aprovação, alteração ou inclusão de datas em sessão plenária. Os quatro calendários foram compostos apenas por efemérides, em sua maioria, com datas superiores a cem anos. Do total de cento e doze datas comemorativas apenas quatorze (12,5%) rompiam este padrão; em geral, trata-se de comemorações de cinquentenários de falecimento. As agendas dos calendários nem sempre eram constituídas por comemorações em todos os meses. A seção que encerrava os calendários de 1969 e 1970 era dedicada às “*datas internacionais*”. O Calendário Cultural de 1969 iniciou sua agenda no mês de setembro; já o calendário de 1970 iniciou a sua no mês de maio. Os calendários homenageavam reconhecidos literários, instituições culturais, personalidades políticas e acontecimentos históricos. Os calendários de 1973 e 1974 iniciaram suas agendas no mês de janeiro.

Para traçar o perfil das efemérides escolhidas para os calendários, iremos retratá-las resumidamente, apresentando-as no anexo III, e investigaremos os elementos que norteiam a sua seleção. Como metodologia para análise da composição do

¹⁵ CONSELHO Federal de Cultura. O Conselho Federal de Cultura e suas atividades a serviço do Brasil. *Cultura*, n. 25, ano III, jul. 1969, p. 17.

calendário, subdividimos em cinco categorias: personalidade política; instituições educacionais/ culturais; literatos/ jornalista/ professor/ músico; personagens/ acontecimentos históricos; médicos/ cientistas/ engenheiros. O Calendário Cultural do ano de 1969 era composto por apenas seis datas comemorativas, dedicadas a: três literatos/ jornalista; duas personalidades políticas; um intelectual. No Calendário Cultural de 1970 foram comemoradas vinte e três datas dedicadas a: dez literatos/ jornalistas; cinco personalidades políticas; quatro personagens/ acontecimentos históricos; duas instituições; uma comemoração contemporânea do Ministério. No ano de 1973, foram comemoradas trinta e uma efemérides dedicadas a: nove literatos/ jornalistas; quatro personalidades políticas; quinze acontecimentos/ personagens históricos; três médicos/ cientistas/ engenheiros. No Calendário Cultural de 1974 foram comemoradas cinquenta e duas efemérides dedicadas a: trinta literatos/ jornalistas; três personagens políticas; nove acontecimentos/ personagens históricos; duas instituições; dez médicos/ cientistas/ engenheiros.

A escolha dos homenageados segue alguns padrões: todas as personalidades homenageadas eram falecidas; as efemérides eram dedicadas às datas de nascimento ou morte de uma personalidade, acontecimento histórico ou criação de uma instituição; essas datas são consideradas marcos delimitadores e servem para enfatizar a importância de determinada obra ou personagem na formação sociocultural brasileira. No caso das quatro instituições, todas tinham o caráter nacional e foram fundadas em cidades que exerciam a função de capital. As personalidades políticas exerceram cargos importantes no Império e nos anos iniciais da República; os literatos e jornalistas homenageados participaram de diversas entidades como as academias de letras e os institutos históricos e geográficos. As personagens homenageadas eram naturais de diversos estados da federação, indicando a pluralidade intelectual e política brasileira.

O hábito de homenagear grandes nomes da literatura não foi uma tradição inventada pelos conselheiros e já era praticado pela Academia Brasileira de Letras desde sua fundação em 1897. O investimento simbólico e financeiro para rememorar os homens que por aquelas cadeiras passavam e, por isso, eram considerados os “arautos” da nacionalidade, fomentou uma série de eventos, ensaios, biografias, monumentos, arquivos pessoais, etc.¹⁶. Os conselheiros, muitos dos quais imortais da ABL, incorporaram ao CFC a mesma prática da homenagem, neste caso, não restrita apenas aos vultos da literatura, mas a todos aqueles que podiam integrar a memória nacional.

A associação entre literatura e nacionalidade realizada pela intelectualidade brasileira percorreu as mais diversas correntes literárias, tornando-se uma tradição entre os escritores. A crença no papel da literatura como “espelho da nação”, ou seja, relato descortinador das estruturas sociais brasileiras foi estimulado pelos nossos escritores. Assim, como destaca Mônica Velloso, homenagear literatos, financiar a publicação de suas obras completas e retratá-los em biografias eram instrumentos de divulgação das bases da nacionalidade, ação cívica e de reconhecimento ao papel de descortinador nacional exercido pelos vultos da literatura.

¹⁶ FAR, Alessandra El. ‘A presença dos ausentes’: a tarefa acadêmica de criar e perpetuar vultos literários. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, n. 25, 2000/2001.

Ao longo de nossa história político-intelectual, as mais diferentes correntes de pensamento tenderam a conceituar a literatura enquanto instância portadora e/ou refletora do mundo social. Assim, a produção literária aparecia como reflexo imediato e diretamente condicionado pela ordem social. (...) Seja ao defender a literatura como ‘escola de civismo’ (Olavo Bilac e Afonso Celso), seja ao considerá-la como instrumento de conscientização política (fase inicial da obra de Jorge Amado), a idéia acaba sempre incidindo sobre o mesmo ponto, literatura-sociedade via relação didático-pedagógica.¹⁷

O ritual de comemoração das efemérides incluídas nos calendários anuais previa a publicação de um artigo sobre a importância da efeméride na memória nacional, sua leitura em sessão plenária e uma salva de palmas. As homenagens eram verdadeiros rituais de glorificação da personagem escolhida e incluíam desde pequenos artigos até a publicação de uma biografia ou da sua obra completa.

Conforme propõe Regina Abreu, essas práticas modernas de recordar e indicar socialmente qual a “história de vida” merece destaque no conjunto social criam as performances sociais almeçadas e demonstram a importância dos “mortos” na caracterização dos tipos sociais considerados ideais.

Relatos de personalidades desempenham um duplo papel na construção póstuma: de um lado, servem para demonstrar a perenidade do morto e de sua obra e, de outro, servem para atualizar o valor simbólico de vivos e mortos. Ao incluir nas biografias ou nos rituais póstumos depoimentos de pessoas consagradas, os construtores de memória realizam um movimento com alto teor ‘aurático’, onde todos os envolvidos participam de uma troca de bens simbólicos.¹⁸

O Calendário Cultural criado pelo CFC funcionava como instrumento ritualizado do universo político e cultural ao eleger os elementos simbólicos constitutivos da nacionalidade. No entanto, a construção dessas estratégias de preservação das memórias coletivas através dos resquícios de passado, produzidas por agentes sociais e legitimadas pelo Estado têm sua eficácia limitada. O desenvolvimento de uma história da história possibilitou a revisão da relação história-memória favorecendo a desritualização dos mecanismos de celebração da nação e o questionamento de sua legitimidade. Os lugares de memória oficial têm sua credibilidade questionada pelos cientistas sociais que criticam sua unanimidade, ainda que a força desses lugares consista na capacidade de gerar sentimentos de pertencimento.

A própria perda de nossa memória nacional viva nos impõe sobre ela uma olhar que não é mais nem ingênuo,

¹⁷ VELLOSO, Mônica. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, v. 6, n. 11, 1993, p. 239.

¹⁸ ABREU, Regina. Entre a nação e a alma: quando os mortos são comemorados. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v. 7, n. 14, 1994, p. 210.

*nem indiferente. Memória que nos pressiona e que não é mais nossa, entre a dessacralização rápida e a sacralização provisoriamente reconduzida. Apego visceral que nos mantém ainda devedores daquilo que nos engendrou, mas distanciamento histórico que nos obriga a considerar com um olhar fraco a herança e inventariá-la. Lugares salvos de uma memória que não mais habitamos, semi-oficiais e institucionais, semi-afetivos e sentimentais; lugares de unanimidade sem unanimismo (...).*¹⁹

Nos casos dos Calendários Culturais produzidos pelo Conselho, por exemplo, em alguns momentos foram incluídas datas comemorativas solicitadas por grupos tradicionalmente excluídos daquelas efemérides. Na 67ª sessão plenária, realizada em 19 de dezembro de 1967, Manuel Diégues Júnior leu uma carta enviada pelo grupo do Teatro Experimental do Negro, solicitando que no calendário de 1968 fosse incluída a comemoração pelo octogésimo aniversário da abolição dos escravos e que fosse realizado um concurso de monografias patrocinado pelo Conselho sobre a importância do acontecimento histórico. A efeméride foi incluída no Calendário, mas as divergências sobre a realização do concurso inviabilizaram-no.²⁰ Dessa forma, o Calendário Cultural, lugar de memória, privilegiou a exaltação de símbolos tradicionais da história, reforçando a posição conservadora e nacionalista das políticas culturais destinadas ao setor.

O culto ao passado, realizado pelos conselheiros através da valorização de diversos tipos de lugares de memória, era considerado essencial na construção de um “estado de consciência cívica dignificadora”. A noção, apresentada por Arthur Reis em seu artigo “O Culto do Passado no Mundo em Transformação”, publicado no segundo número da *Revista Brasileira de Cultura*, em 1969, debatia a importância do conhecimento histórico na soberania nacional e no desenvolvimento dos países modernos. O passado teria a função prioritária de fornecer os elementos de “sustentação da ideologia política” necessários a todos os Estados independentes.

*Não esqueçamos que, nos momentos mais difíceis da vida dos povos, o culto do passado, o tradicionalismo, hoje tão malsinado, serviu a manutenção das esperanças e valeu como fogo sagrado, necessário as energias que se perdiam ou interrompiam e estavam precisando de renovação, do rejuvenescimento que se foi buscar no que ele representava, isto é, nos valores do pretérito distante ou próximo como lição eterna a guiar o mundo.*²¹

Para Arthur Reis, a função maior do Conselho e, logo, das políticas culturais, e que vinha sendo arduamente cumprida, era garantir a manutenção dos lugares de memória, materiais ou simbólicos. Tais lugares de memória guardavam os registros do passado, expressão cívica da grandeza nacional. A história nacional, ainda à

¹⁹ NORA, Entre Memória..., p. 13.

²⁰ Ata da 67ª sessão plenária realizada em 19 de dezembro de 1967. CONSELHO Federal de Cultura. *Cultura*. Rio de Janeiro, ano I, n. 7, dez. 1967.

²¹ REIS, Arthur. O Culto ao Passado num Mundo de Renovação. *Revista Brasileira de Cultura*. Rio de Janeiro, out./dez. 1969, p. 59.

espera de investigação, precisava ter suas fontes resguardadas através de políticas dedicadas à preservação dos acervos documentais, arquivos, museus etc. Por outro lado, cabia aos historiadores a tarefa de proceder a uma investigação profunda nos documentos em busca de uma “história autêntica”. Assim, a ênfase no investimento prioritário das verbas nos lugares de memória era justificada pela necessidade cívica de promover políticas de proteção aos monumentos, de fomentar pesquisas que descortinassem a história nacional e de garantir o funcionamento regular das instituições culturais.

A produção intelectual do Conselho expressa nos calendários, nas obras coletivas e nos periódicos oficiais, funcionava como políticas públicas em defesa do patrimônio e da cultura nacional. Tais estratégias compartilhadas em outros espaços de sociabilidade demonstram a importância do Estado na divulgação de projetos de grupos intelectuais específicos e retifica a tradição do intelectual como agente promotor do civismo a partir de 1920. A institucionalização do setor cultural só foi possível graças à inter-relação entre Estado e campo intelectual. Se a fragilidade do campo intelectual brasileiro os empurrava para as fileiras estatais, a presença dessas personagens no Estado consolidou o setor cultural como área de atuação governamental no Brasil, ainda que os poucos recursos fossem um entrave às ações políticas de maior abrangência.

Conclusão

Os Calendários Culturais organizados pelo CFC privilegiaram a construção de uma memória histórica capaz de fortalecer os laços de um passado comum e harmonioso. Esperava-se que essa memória fosse reverenciada em cerimônias cívicas destinadas a forjar o cidadão ideal. O civismo considerado o pilar constitutivo da relação entre o Estado e a sociedade civil tem no passado histórico o formador da unidade nacional almejada.

No civismo, tal como reelaborado na ditadura civil-militar, os direitos políticos, civis e sociais dos cidadãos podem ser restringidos em favor da harmonia social e da “segurança nacional”. O conceito foi habilmente utilizado para redefinir a relação entre o Estado e os cidadãos, num período marcado por Atos Institucionais que feriam os princípios da cidadania, mas que estavam perfeitamente ajustados aos princípios do civismo. Como neste período, a ideia de civismo sobrepõe-se ao ideal de cidadania, definindo prioritariamente os deveres dos cidadãos, qualquer ação do Estado em defesa da nação encontrava-se legitimada. O civismo, ideário-chave durante a ditadura civil-militar, foi incorporado aos discursos e ações políticas dos intelectuais atuantes no CFC através da associação do civismo, ideário político por excelência, à noção de cultura. Para os intelectuais do CFC, a elaboração de políticas culturais sistemáticas era fundamental na preservação e divulgação do patrimônio cultural e da memória nacional e, para os governos militares essa visão conservadora e otimista da cultura forneceria as bases da construção do civismo. Assim, o papel da cultura seria realçar os elementos que compõe a nação. A defesa da cultura foi considerada fundamental para a formação de cidadãos conscientes tanto de seu papel de devoção à pátria quanto da necessidade de solidariedade social. Ampliaram-se, dessa forma, os artefatos utilizados na elaboração do discurso cívico a partir 1ª República. Além da história, geografia e literatura pátria ensinadas nos bancos

escolares era fundamental a encenação desses artefatos através de monumentos, comemorações públicas de efemérides, preservação dos conjuntos arquitetônicos, manifestações folclóricas etc. Tais artefatos serão incorporados aos Calendários Culturais que funcionariam como guias para a organização de comemorações das efemérides consideradas representativas da grandeza nacional.

A historiografia dedicada à análise da participação de civis no golpe e na organização do Estado ditatorial brasileiro rompe com explicações de simples dicotomias²². Os intelectuais do CFC mostram-se contrários aos excessos cometidos pelos órgãos de censura e, por vezes, chocados com a ação do aparato policial. Mas, ao contribuírem com o aparato ideológico promovido pela ditadura civil-militar, incorporando o civismo nas suas práticas discursivas e nos seus projetos, favoreceram a exacerbação do nacionalismo e da política autoritária do executivo. Por outro lado, o Conselho defendia o acesso à cultura; a valorização dos aspectos regionais; a atenção aos arquivos e bibliotecas; o investimento na produção e difusão da cultura. A relação de ambivalência existente entre os intelectuais do CFC e a cúpula do executivo produziu silêncios, protestos tímidos e negociações que também contribuíram para a vitalidade de um regime autoritário por mais de vinte anos.



RESUMO

O Conselho Federal de Cultura, CFC, foi o principal órgão responsável pelas políticas culturais entre 1967 e 1975. O CFC era formado por vinte e quatro intelectuais com o objetivo de organizar o setor cultural e elaborar o inédito Plano Nacional de Cultura. A criação do Conselho está integrada à participação desses intelectuais no campo político e cultural brasileiro desde a década de 1920. Além disso, seus discursos e projetos incorporam o ideário cívico vigente na ditadura civil-militar (1964-1985). Dentre as ações do CFC, a criação de calendários culturais anuais destinados às instituições de ensino e cultura foi uma tentativa de valorizar os elementos cívicos que comporiam a cultura nacional. A associação entre memória e história aparece aqui traduzida na relação memória histórica e prática cívica, tão habilmente utilizada em períodos autoritários.

Palavras Chave: Intelectuais; Civismo; Calendários culturais.

ABSTRACT

The Federal Culture Council of Brazil, CFC, was the main organ responsible for the cultural policies between 1967 and 1975. The CFC was formed by twenty-four intellectuals with the objective of organizing the cultural sector and elaborating the original National Culture Planning. The Council creation is integrated with the participation of these intellectuals in the Brazilian political and cultural sectors since the decade of 1920. The speeches and projects organized by the Council incorporate the current civil ideas in the civil-military dictatorship (1964-1985). The creation of an annual cultural calendar for schools and other institutions was a tentative for valorize the civility elements for national culture. The association into memory and history appear here translate in relationship between history memory and civility practice, use on dictatorships.

Keywords: Intellectuals; Civility; Cultural Calendars.

²² Nas últimas décadas, importantes pesquisas vêm intensificando os estudos sobre a participação dos civis no aparelho estatal e/ou na legitimação do regime ditatorial brasileiro. Ver: FICO, Carlos. *Reinventado o Otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro, FGV, 1997; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Sá. *O golpe militar e a ditadura. 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, EDUSC, 2004; ROLLEMBERG, Denise. "As trincheiras da memória: A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974)". In: ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz. (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, no prelo [2008]. pp. 1-38